

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - **XIII ENANCIB 2012**

GT 10 - Informação e Memória

O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL
(NDIHR-UEPB) E SUA MEMÓRIA ARQUIVADA

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

Laudereida Eliana Marques Morais – UFPB
Maria da Vitória Barbosa Lima - PPGCI/UEPB
Francisca Arruda Ramalho - PPGCI/UEPB

toiavlima@hotmail.com

O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR-UFPB) E SUA MEMÓRIA ARQUIVADA

Introdução

O objeto de estudo deste artigo é o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR-UFPB) e sua produção literária científica sob a perspectiva da Ciência da Informação. Esta disciplina nos permite perceber os artefatos e a informação construída pelo homem como elemento de memória.

A problematização da pesquisa consiste no seguinte questionamento: Como se configura a produção literária científica do NDIHR-UFPB e se caracterizam suas práticas de produção e disseminação da Informação?

Esses problemas conduziram à elaboração das seguintes hipóteses: O NDIHR-UFPB é um núcleo socializador de informação literária científica para a comunidade interna e externa à UFPB, e as fases de desenvolvimento da Instituição influenciaram o número e a temática de produções literárias científicas produzidas e disseminadas por elas.

O estudo desenvolvido tem sua importância vinculada ao trabalho desenvolvido pelo NDIHR-UFPB na produção e na disseminação/publicização de informações literárias científicas, identificação e geração de novas fontes de informação para salvaguardar a memória histórica e a cultura regional e paraibana, de acordo com a premissa da gestão do Reitor Prof. Lynaldo Cavalcanti, que era de “induzir uma política, social, cultural e educacional para a região” (IMPLANTAÇÃO..., [1975], p. 3-35).

As ações desse núcleo de documentação geraram e ainda geram um acervo de documentos produzidos por seus programas de ações e pela ação administrativa do órgão. Vale acrescentar que, no acervo do NDIHR-UFPB, existe uma diversidade de documentos em seus diversos suportes, resultado de 35 anos de atividades ininterruptas, que vêm possibilitando ao Núcleo exercer seu papel de socializador e disseminador das informações de suas pesquisas, por meio de suas publicações.

Como recorte temporal, adotamos o período de 1976 a 1999, que se justifica pelo início da produção da instituição (1976), com a publicação dos *Cadernos de Estudos Regionais*, ano 1, volume 1, e seu encerramento em 1999, com a produção da coleção denominada *História Temática da Paraíba*, quando sua produção é interrompida.

A pesquisa mostra que o NDIHR-UFPB é um órgão que trabalha com a memória histórica regional e local. Nesta pesquisa, as fontes diversificaram-se “[...] levando-se sempre

em conta que o ideal de uma grande pesquisa é o uso das mais variadas fontes possíveis e a confrontação sistemática entre elas” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 494).

Assim, o uso das abordagens qualitativa e quantitativa se justifica na medida em que se complementam em sua realidade interativamente dinâmica e excluem qualquer dicotomia, afinal, “[...] um bom método será sempre aquele que, permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além da apropriação ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 239).

Usa-se a abordagem da análise qualitativa dos dados das fontes primárias (os documentos administrativos e os documentos frutos das pesquisas da Instituição) para historiar a criação do NDIHR, órgão que surge com a proposta de criar uma nova metodologia de pesquisa e modificar as normas sedimentadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano na escrita da História e mapear todas as suas publicações.

Na pesquisa quantitativa, aplica-se a “análise textual quantificada” e as técnicas gráficas para medir as relações ou intervir em um fenômeno histórico. Com a análise quantitativa, trabalham-se as “Informações Históricas e Historiográficas” do NDIHR, que, no período estudado, consiste de 67 publicações.

Aróstegui (2006, p. 489) refere, ainda, que o termo “informação historiográfica” deve ser distinguido da “informação histórica”, que pode ser entendida em sua acepção de conhecimento e difusão da história escrita, elaborada, do produto da historiografia, que chegam ao público na forma de livros, textos diversos, coleções gráficas e outras obras ou suportes – vídeo, cinema. A expressão “informação historiográfica” pode compreender, com menor dificuldade e com menor possibilidade de equívocos, a ideia das informações “primárias”, os testemunhos e os materiais de observação, a partir dos quais o historiador estabelece a síntese histórica. Contudo, ressalta-se que o NDIHR-UEPB revela essa dupla face de atuação, ou seja, a recuperação e a disseminação de fontes primárias, e com o “ofício do historiador”, a difusão da escrita da história.

Informação, Memória e Socialização Cultural

Para compreender a problemática os conceitos de informação, memória e socialização informacional são indispensáveis ao estudo e à reflexão. Zeman (1970), observa que, quando o homem começa a criar, começam as transformações, e ele passa a ser ele mesmo fonte de informação. Vejamos:

Em suas origens, o homem depende inteiramente da natureza, é vítima de seus caprichos e do princípio de crescimento da entropia. Mas pelo fato de começar a criar, por sua atividade de pensamento e de trabalho, ele começa a retornar, no sentido da termodinâmica: começa a ser ele próprio uma fonte de informação, de entropia negativa, de ordem. Melhora progressivamente sua organização social, aperfeiçoa sua produção, inventa códigos de informação mais perfeitos – escritas e outros sistemas de signos – cria meios de comunicação rápida e de massas e mensagens. Transforma, assim, cada vez mais profundamente, a natureza, tornando-a obra sua, humanizando-a. Aprende a converter cada vez mais seus desejos e ideias em práticas a atualizá-los. A organização da sociedade e a quantidade e densidade de informação social intensificam-se. Atualmente, a sociedade dispõe de uma concepção científica do mundo, sendo possível dirigir esse processo consciente e intencionalmente (ZEMAN, 1970, p. 166).

Azevedo Netto (2008, p. 2) concorda com Zeman (1970), quando afirma que “[...] a informação é compreendida como um fenômeno inerente à prática humana, produzida no meio sócio-cultural [...]”.

Para Le Coadic (2004, p. 4), a informação é

[...] um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo esse que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

Essa definição do autor estabelece uma relação sinônima entre informação, conhecimento e documento. Ela é muito próxima à formulada por Buckland (1991), que concebe a informação, na Ciência da Informação, como um fenômeno objetivo (“infomation-as-thing”), isto é, “algo tangível, como documentos e livros, ou, mais genericamente, qualquer tipo de objeto que possa ter valor informativo, o qual pode ser, em princípio, literalmente, qualquer coisa” (BUCKLAND, 1991, p. 9).

Capurro (2003) esclarece que o objetivo da informação é promover o desenvolvimento da sociedade. Isso significa dizer que o desenvolvimento é um acréscimo de bem-estar, um novo estágio de qualidade de convivência que só pode ser alcançado através da informação. A ação social maior é fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento. A ação social de que esse autor fala se traduz em ação no trabalho desenvolvido pelo NDIHR-UFPB. Essa instituição executa o papel de mediadora entre a informação e a sociedade, disseminando e socializando o conhecimento histórico produzido na Academia.

Para Azevedo Netto (2007, p. 4), o conceito de informação há muito vem despertando uma série de discussões a respeito de suas delimitações, bem como as suas formas de uso, tanto no nível social, cotidiano, quanto no nível analítico. Para outros, como González de Gomez (2006, p. 30), a informação, principalmente em sua descrição e seus contextos, tem passado por inúmeras rupturas dos paradigmas lexicais usados em sua definição, oscilantes entre o conhecimento e a tecnologia.

Para o grupo de estudiosos que entendem informação como sinônimo de conhecimento, resta saber por que se esforçam em estabelecer diferenças entre os termos. É Silva (2006, p. 71) que dá a resposta, ao afirmar que é

uma exigência de “realidade” formada por livros, por discos, por filmes, etc., em suma, por um conhecimento registrado e externalizado que contribui para modificar o conhecimento/saber anterior ao momento histórico em que esse registro, essa externalização e sua conseqüente difusão ocorrem. Para, em suma, confundir ou converter em clara sinonímia informação e documentação.

Assim, na relação entre informação e conhecimento, surge o terceiro elemento: o documento, que dá materialidade à informação. Ressalta-se que as informações são as mais variadas possíveis, podem ser registradas em diferentes suportes e são denominadas de documento, que Bellotto define como

[...] qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido por razões funcionais, jurídicas científicas, técnicas, culturais ou artísticas pela atividade humana (1991, p. 14).

Catroga (2001) pensa a informação registrada em um suporte, ou seja, um documento, como memória arquivada.

A memória, quando arquivada, deixa de ser, na sua verdadeira acepção, uma recordação, logo, algo que mantém um elo vivo de continuidade e de pertença a um sujeito. Nesse estado ela adquire, ao contrário, o estatuto de documento independente de seu suporte (CATROGA, 2001, p. 40).

É a forma/função pela qual o documento foi criado que vai determinar seu uso e destino de armazenamento futuro e sua distinção entre as ciências arquivística, biblioteconômica e museística, mas que se inserem todos na Ciência da Informação. A documentação e a Ciência da Informação têm a ver com os suportes físicos do conhecimento, mas, sobretudo, com a recuperação da própria informação - o conteúdo dos suportes.

A discussão em Ciência da Informação sobre o(s) conceito(s) de “Informação” reflete a variedade em que tais conceitos são criados nas diversas disciplinas (arquivística, museística e biblioteconômica) para satisfazer às necessidades de referenciar o objeto de estudo. A “Informação”, como já foi ressaltado, advém dos primeiros registros humanos.

A “Informação”, ao longo do tempo, foi/é tratada de diversas maneiras. Quando o homem descobre sua importância, ele quer controlar, “[...] porém, controlar as informações não era tarefa fácil, e boa parte da informação era divulgada, oficial ou extra-oficialmente” (BURKE, 2003, p.133), mas esse controle dependia do grau de importância da informação, pois existia a que era considerada vantajosa para a elite governante (Estado e Igreja) que o povo soubesse e aquelas que o povo não poderia saber jamais.

Difundir informação era uma arma politicamente mais eficaz do que suprimi-la. [...] Era vantajoso disseminar o conhecimento das leis e outros decretos, que eram regularmente proclamados em voz alta além dos impressos e fixados em locais públicos. O problema era manter o equilíbrio entre dar informação ou não, informação de menos, incentivaria os rumores mais exagerados, e informações demais, as pessoas comuns poderiam se pronunciar sobre questões de Estado (BURKE, 2003, p.133).

A preocupação com o que revelar ou que informação ocultar revela a dicotomia em que é montada a sociedade contemporânea que, na medida em que amplia a atuação das instituições de guarda e a disseminação da informação, elabora novos mecanismos de controle desse elemento. Esse controle das informações foi transformado e não só atinge a esfera de “o que revelar”, como também o “como” e a “quem” fazê-lo. Apresenta-se de modo diferente, graças à aceleração ocorrida na área tecnológica. Por mais globalizada que esteja a sociedade contemporânea, a tecnologia ainda é um fator de exclusão, porquanto não chega a todos, e a inclusão digital ainda pertence à esfera do ideal/mental, e não, da esfera material.

Isso significa dizer que não se tem caminhado em busca de trilhar caminhos mais democráticos, pelo menos no campo do acesso à informação. Essa assertiva está na ampliação das instituições de memória, como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação.

No Brasil, as Instituições de memória são pouco valorizadas, já que poucas verbas lhes são destinadas para trabalharem adequadamente e executarem suas missões. Os Centros de Documentação privados dependem de seus donos, mas os que são criados nas Universidades brasileiras dependem da vontade política do Reitor e da direção da Universidade. Portanto, se eles têm uma visão do papel, ou melhor, da função dessas instituições, elas trilharão caminhos menos pedregosos.

Ressalta-se que o Centro de Documentação tinha

[...] uma função originalmente apenas de organização e de geração de novas informações, mas que passou a ser também uma atividade de preservação e de organização de fontes originais e de pesquisa. [...] é uma particularidade dos Centros de Documentação das Universidades brasileiras tornar a fonte próxima ao pesquisador, mas também trazer as fontes documentais que estão sendo perdidas, produzidas, muitas vezes, pelo próprio poder público, a quem caberia, por dever, preservá-las, organizá-las e torná-las disponíveis à consulta pública. (CAMARGO, 1999, p. 59-60)

Camargo (1999) esclarece que os Centros de Documentação são responsáveis por uma das atividades-fim das Universidades - viabilizar grande parte das pesquisas, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

De qualquer forma, é preciso dizer que a ênfase para preservação dos documentos que estão em torno da Universidade, a preocupação com a documentação local é uma prática de grande importância. Não apenas do ponto de vista da preservação dos registros da história local, mas como forma de viabilizar as pesquisas de pós-graduação e, especialmente, as de iniciação científica, uma vez que os alunos, nesse processo de aprendizagem no manejo das fontes primárias, ao mesmo tempo em que realizam o seu curso, podem fazê-lo de forma mais fácil e completa. Afinal, as ciências humanas necessitam de laboratórios de pesquisa tanto quanto as outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, os centros de documentação e memória trazem grandes possibilidades de avanço, em particular no exercício da pesquisa, acessível a um número maior de alunos. (CAMARGO, 1999, p. 60)

Assim, a finalidade do Núcleo de Documentação é de “[...] informar cultural, científica, funcional ou juridicamente, conforme a natureza do material produzido” (BELLOTTO, 1991, p.15). É com o material produzido pelo NDIHR, ao longo de 24 anos de publicações, e de sua disseminação e socialização das informações históricas e historiográficas, produzidas através das fontes primárias pesquisadas, preservadas e registradas, que esta dissertação se fundamenta.

Compreende-se *produção literária científica* como aquela que se utiliza de critérios científicos, ou seja, de proposições lógicas para sistematizar seu estudo e disseminar esse conhecimento através de diferentes suportes de comunicação: livros, periódicos, obras de referência, relatórios e outros. É através da produção literária científica que a sociedade, em geral, tem acesso às informações científicas, que podem ser utilizadas em proveito do bem comum de todos.

Como refere Silveira (2008, p.187),

[...] a Memória não é só a base do conhecimento Histórico, mas de todo Conhecimento, o que, de certo modo, é uma redundância, pois todo conhecimento é histórico, porque inserido em uma temporalidade social. É ela, a correia de transmissão do patrimônio cultural entre as várias gerações, portanto, no tempo. A sua dupla dimensão como capacidade de reter, recuperar, armazenar e evocar informações, conhecimentos e saberes

disponíveis, seja internamente, no cérebro (memória humana), seja externamente, em dispositivos artificiais (memória artificial), aponta que a Memória Social, a das experiências vividas por determinadas sociedades, não pode prescindir de ambas, como capacidade de evocação do tempo e no tempo.

No pensamento de Ricœur (2007, p. 130), encontramos a reflexão, pensada, estudada, discutida e elaborada de si para si. Ele escreve, fundamentalmente, que, “para se lembrar, precisa-se dos outros”. Acrescenta-se que, além do outro, para lembrar, precisa-se do registro, pois, sem ele, os seres humanos, que são mortais, seriam esquecidos completamente e estariam bebendo das águas do rio Lethe indefinidamente.

Oliveira e Dill Orrico (2005) lembram que o registro da memória social é um trabalho intelectual e que

[...] a memória individual é social porque: a) seu trabalho é intelectual – para localizar nossas lembranças fazemos uso de nossa inteligência presente, aquele que depende de nossa sociedade; b) a rememoração parte do presente (experiência exterior, social) para o passado (experiência interna, individual); e c) as lembranças são compartilhadas – estão relacionadas com o conjunto de lembranças comuns ao(s) grupo(s) dos qual fizemos, fazemos ou faremos parte. (OLIVEIRA; DILL ORRICO, 2005, p. 83)

Embora os registros revelem apenas rastros e vestígios de um acontecimento vivido e sejam narrados constantemente ou guardados e armazenados em suporte físico, para sempre, estarão revelados, não ficarão nas prisões das recordações humanas e passarão a pertencer à História registrada, para a socialização de suas informações através de instituições como o NDIHR.

O NDIHR-UFPB e a Memória Arquivada

Para Silveira (2008, p. 185 – grifo nosso), “a documentação e a pesquisa equivalem ao *registro da memória*”, que pode ocorrer em diferentes suportes, mas que revela o fazer e o ser da entidade pesquisada. Em Ricœur (2007), tem-se a memória inscrita, que se identifica como “memória arquivada”. Esse autor enfatiza que a operação histórica é caracterizada pela memória declarada, ou narrada, na sua inscrição, que ele considera a fase do arquivamento. Nessa fase, considera o arquivo não como um lugar físico, mas de produção social, na medida em que está aberto para o historiador no processo de construção de sentidos sobre o passado.

Assim, para Ricœur (2007), tudo começa com o testemunho. Ele é e será o ponto mais importante para a memória. Com o testemunho, tem-se o discurso,

[...] esse jogo da enunciação ocorre assim entre o olho e o ouvido, entre dizer e escrever, tudo isso na ausência da sanção por um mestre da verdade. A escritura constitui nesse sentido a marca decisiva: sobre ela se enxertam todas as estratégias narrativas de onde provem “a capacidade da narrativa de fazer crer”. (RICŒUR 2007, p. 176).

A memória arquivada é a inscrição desse discurso, desse testemunho, das coisas passadas e ditas, essa vontade de guardar e conservar através da escrita o passado no nosso presente e futuro. O homem sempre teve o desejo de seguir as pistas que indicavam por onde as caravanas passaram. Os registros desses vestígios são fontes inspiradoras de novos caminhos, por mais complexo que seja o trabalho do historiador. Esse registro é necessário para que outros pesquisadores possam seguir as pistas já existentes ou construir outras. Esse é o pensamento que permeia os historiadores/pesquisadores do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR - da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - quando o implantaram para “Fazer História” em seus múltiplos aspectos.

Entende-se que a memória arquivada tem três aspectos distintos e que se complementam. No primeiro, ela é o testemunho registrado das experiências vividas por grupos sociais, que se encontram “dispersos” ou organizados dentro das técnicas arquivistas, acondicionados e bem guardados. Mas ela é também a memória que passou por todo um trabalho historiográfico - subentende-se - pelo trabalho intelectual do historiador, que escolheu os registros, as “fontes”, para construir e/ou transformar o conhecimento, reescrevendo-o, reelaborando-o. Outro aspecto tão importante quanto os dois primeiros refere-se à difusão do conhecimento construído. Assim, a memória arquivada revela-se como registro (arquivado), historiografia e difusão.

O NDIHR-UFPB, como instituição-memória tem, em suas atividades-fim, o ensino, a pesquisa e a extensão. Em seu trabalho diário, atende a vários segmentos da sociedade, desde o pesquisador, iniciante ou de carreira feita, até o “curioso”, e serve de laboratório a vários cursos de graduação, como História, Biblioteconomia e Arquivologia.

Na perspectiva de ser uma instituição-memória e canal para a “consciência histórica e cultural”, na concepção de Diehl (2002), e instrumento da socialização de informações históricas e historiográficas, no entender de Silveira (2007), o NDIHR-UFPB foi criado para o trabalho com a “informação histórica e historiográfica” e para promover o desenvolvimento do indivíduo, em seu grupo, e da sociedade. A ação social maior é fazer brilhar a luz do conhecimento através da “informação histórica e historiográfica”, como mediadora do conhecimento acerca das experiências vividas pela sociedade, de suas raízes, de suas

realidades. Essas informações são socializadas pelo NDIHR-UFPB, através de suas ações básicas, o qual, depois da pesquisa, recupera-as, organiza-as, registra-as e dissemina-as.

O registro desses conhecimentos em publicações contribui para modificar o conhecimento/saber anterior ao momento histórico em que esse registro é difundido. Assim, o NDIHR cumpre o seu papel de disseminador e socializador de informações históricas.

Entende-se a disseminação da “informação histórica e historiográfica” e a socialização do conhecimento histórico como um caminho entre o saber e o querer saber, como um percurso ou um processo que se inicia com a pesquisa e termina quando ela volta para a sociedade através da historiografia, que pode ser utilizada em sala de aula, em cursos para a comunidade, em eventos como seminários e congressos e em assessorias nos trabalhos executados nas comunidades, toda uma gama de ações acadêmicas que levam o conhecimento à sociedade, à qual a Academia devolve as “informações historiográficas” que dela recuperou e interpretou, elaborando e reelaborando as “informações históricas”.

Uma ação do NDIHR-UFPB poderá exemplificar bem esse processo de disseminação e socialização da informação - o Projeto História Local. Em um artigo escrito sobre o Ensino de História, Gonçalves (1993) revela a importância de “uma nova noção de preservação” oriunda da população estudada e “compreendida enquanto socialização de um saber”:

Esse momento é importante para que seja possível a construção de uma nova noção de preservação. Compreendida enquanto **socialização de um saber** que não é mais imposto, mas gerado a partir da comunidade e que a ela retorna. Um saber que pode estar presente no monumento, na praça, na rua, nas manifestações culturais. Só reconhecendo a sua importância na história do município e na construção da sua realidade é que será possível à população sentir necessidade de preservar aquilo que brota nela. (GONÇALVES, 1993, p. 266. Grifo nosso).

O Projeto de História Local, por si só, é completo e tem, entre seus objetivos, buscar a história local na experiência da população de cada município estudado, dar voz àqueles que não tinham voz histórica, é construir um saber que vem através de sua memória coletiva e social, que é o “fazer história”. Trata-se de

[...] possibilitar às comunidades locais meios para perceber o inter-relacionamento da sua história e, portanto, também do nível das suas condições reais de existência, com os níveis mais amplos da história regional, nacional e mundial, é uma das preocupações centrais desse projeto. Possibilitar a compreensão de que a solução de muitos de seus problemas se reporta a outras instâncias que não e simplesmente a instância local. Buscar o reconhecimento de que município não é uma entidade ideal que se coloca acima dos indivíduos, mas uma construção histórica-social, uma conquista de todos aqueles que nele vivem é passo fundamental para lutar pela melhoria da qualidade de vida e para se compreender e preservar aquilo que é a coisa pública, o que em outras palavras significa **exercer plenamente a cidadania**. E isto

só é possível a partir da compreensão da realidade vivida isto é a partir da **socialização do conhecimento**. (GONÇALVES, 1993, p. 267. Grifo nosso)

Silveira (2010), em uma mesa redonda da ANPUH- PB, no XIV Encontro Estadual de História, em João Pessoa, cujo título é “MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA”, trata do ensino de História e de como a socialização cultural se dá através de processo educativo:

Por processos de socialização cultural que tenham como fulcro a compreensão sobre os sentidos do tempo. Em outras palavras, trata-se de construirmos processos educativos no e para o conhecimento histórico, de educar na e para a temporalidade. Essa é a tarefa precípua da História como a transmissão de um determinado patrimônio cultural, referente, pois, a nossas experiências vividas, o que quer dizer: as nossas experiências no tempo. (SILVEIRA, 2010, p. [6])

É assim que se revela o NDIHR-UFPB como disseminador e socializador da “informação histórica e historiográfica”, buscando construir processos educativos no e para o conhecimento histórico e educar na e para a temporalidade.

A ideia de se criar o NDIHR-UFPB foi sendo construída a partir de 1975, na gestão do Reitor Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1976-1980), que tinha como uma de suas principais diretrizes “a associação ensino e pesquisa, [...] o que implicava modificar algumas práticas do ensino superior anacrônicas, [...] e de encaminhar a Universidade para um esquema empresarial, capaz de viabilizar um processo de adequação da mão-de-obra ao mercado capitalista em expansão no Nordeste” (SILVEIRA, 1980, p. 250). Entre as dificuldades enfrentadas e que a Universidade Federal da Paraíba e o Núcleo enfrentariam, situava-se a falta de estrutura para realizar pesquisas.

O NDIHR-UFPB foi criado em 1976, com o objetivo de realizar estudos e pesquisas interdisciplinares sobre temas relevantes para se compreender o processo histórico regional; identificar, referenciar e/ou organizar arquivos e conjuntos documentais, com base nas áreas temáticas das suas atividades de pesquisa sobre movimentos sociais urbanos, estrutura de poder, questão agrária, sexo e relações de gênero, educação e sociedade, entre outros; promover eventos e/ou participar deles, com o objetivo de disseminar conhecimentos e promover a atualização científica da história regional e local; prestar assessoria técnico-científica a estudiosos, instituições governamentais e a setores da sociedade civil; publicar e divulgar os trabalhos produzidos nas áreas de atuação do NDIHR-UFPB e por outros estudiosos.

Para alcançar esses seus objetivos, o NDIHR-UFPB utilizou a estratégia de aglutinar professores de diversas áreas. Para isso, formou equipes de pesquisadores para, através de

projetos, desenvolverem pesquisas temáticas que diferem dos objetos de estudo tradicionais. O Núcleo também se preocupou em recuperar fontes documentais até então fora do alcance de inúmeros pesquisadores e inaugurou uma nova Historiografia sobre a História local e regional. Sua estrutura parte das atividades fins da Universidade Federal da Paraíba, ou seja, Ensino, Pesquisa e Extensão, das quais se originaram o Programa de Pesquisa; o Programa de Documentação e Memória Regional; o Programa de Ensino e Extensão e o Programa de Publicação e Divulgação.

O *Programa de Pesquisa* age através das linhas temáticas constituídas por grupos de pesquisadores formados por professores de Graduação e de Pós-graduação e alunos de graduação (bolsistas de iniciação científica ou voluntários), que são capacitados com treinamento teórico e metodológico;

O *Programa de Ensino e Extensão* tem como objetivo aprofundar o conhecimento de ensino – pesquisa – aprendizagem, oferecendo capacitação através de cursos, simpósios, palestras, seminários, conferências, etc.; o *Programa de Documentação e Memória Regional* se constitui na prospecção de fontes documentais e num conjunto de ações com vistas a referenciar, organizar e preservar acervos documentais que possam servir de suporte para a pesquisa e sua disseminação; o *Programa de Publicação e Divulgação* complementa o círculo, publica e divulga, através do intercâmbio, todo o trabalho realizado e dá ao aluno e ao pesquisador a oportunidade de mostrarem a outras comunidades, acadêmicas e não acadêmicas, o trabalho que desenvolvem.

Juntos, os programas do NDIHR-UEPB proporcionam uma gama de serviços que dão acesso às informações contidas nas fontes documentais e nos resultados elaborados por cada projeto de pesquisa, com o fim de preservar a memória/história regional, divulgar a informação e gerar conhecimento científico.

As produções do NDIHR-UEPB se caracterizam pela constituição de três tipos de publicação: periódicos (textos produzidos em série); instrumentos de pesquisa (guias, catálogos e inventários produzidos a partir de projetos de organização de arquivos) e livros. Fazem parte das publicações as seguintes Séries: *Cadernos de estudos regionais*; *Textos UEPB/NDIHR*; *Debates regionais*; *NDIHR documentos*; *Instrumentos de pesquisa*; *Materiais didáticos*; *Livros*.

As séries *Textos/NDIHR/UEPB*, *Cadernos de estudos regionais* e *Debates regionais* contêm artigos e textos de pesquisadores, professores e alunos das linhas temáticas do NDIHR e textos de dissertações e teses ou pesquisas não vinculadas às linhas temáticas do NDIHR, mas que contemplavam os eixos temáticos desenvolvidos por ele.

As Séries *NDIHR DOCUMENTOS e INSTRUMENTOS DE PESQUISA* identificam, localizam e resumem as séries ou os itens documentais de um Acervo. A série *NDIHR DOCUMENTOS* abarca instrumentos do acervo do Núcleo, e a série *Instrumentos de pesquisa* reúne guias, inventários e catálogos dos Arquivos organizados pelo NDIHR-UFPB, nas contagens e nos quadros. Elas aparecem juntas por terem as mesmas características.

A série *Materiais didáticos* e os *livros* editados pelo NDIHR-UFPB podem ser considerados pertencentes à mesma série, devido ao seu formato e aos seus objetivos.

Para melhor visualizar e analisar o conjunto dessas publicações, veja-se o quadro 1 com o inventário das produções por ano, títulos e números.

QUADRO 1: Inventário das publicações do NDIHR-UFPB (1976-1999)

Ano	Títulos	Números de títulos
1976	Caderno de Estudos Regionais – Ano I nº 1	1
1977	-	-
1978	Catálogo de documentos paraibanos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa 1593 – 1865 - com 3.720 verbetes	1
1979	Caderno de Estudos Regionais – Ano II nº especial	1
1980	Caderno de Estudos Regionais – Ano III nº 2 Caderno de Estudos Regionais – Ano III nº 3	2
1981	Caderno de Estudos Regionais – Ano IV nº 4	1
1982	-	-
1983	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 1, 2 e 3 Catálogo coletivo de periódicos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional	4
1984	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 4 e 5	2
1985	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 6, 7, 8 e 9 História de Patos	5
1986	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 10, 11, 12, 13, 14 e 15 Livro Clientelismo e máquina estatal nas eleições de 1982	7
1987	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 16, 17, 18 e 19	4
1988	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 20, 21 e 22 Relatório de Presidentes de Província da Paraíba 1837 – 1888 Catálogo e índice de assuntos. Documentos NDIHR.	4
1989	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 23	1
1990	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 24 e 27	2
1991	Textos UFPB/NDIHR N ^{os} 25, 26, 28 e 29	4
1992	Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba Inventário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba Catálogo do Jornal “A Imprensa” 1897 – 1968 Catálogo dos projetos arquitetônicos Catálogo dos processos de ordenação Catálogo de Periódicos Catálogo da coleção de fotografias	7
1993	Uma história de Pedras de Fogo Uma história de Ingá Debates regionais – HISTÓRIA: Pesquisa e Ensino	3
1994	Textos UFPB/NDIHR N ^o 30	6

	Guia do Acervo Documental do Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP Inventário das séries do “Arquivo Flávio Maroja” do IHGP Catálogo da seção de obras raras do IHGP I - jornais antigos Catálogo da seção de obras raras do IHGP II - Revistas e boletins antigos Catálogo da seção de obras raras do IHGP III - Livros antigos	
1995	Debates regionais – Identidade (s) regional (is) nº 2	1
1996	Uma história do Conde Uma história de Cabedelo Debates regionais – Fazer história: (des) construção e (in)certeza, nº3 ... E no entanto se move Catálogo hemerográfico NDIHR/UFPB Documentos NDIHR, n.3	5
1997	Arquivos privados: instrumentos de pesquisa	1
1998	Uma história de Areia	1
1999	Coleção História Temática da Paraíba (4 volumes)	4
2000-2011	-	-
Total		67

FONTE: Produção do NDIHR-UFPB

As fases do NDIHR-UFPB podem ser vista através de suas publicações. Para contextualizar melhor a produção desta instituição em relação a sua história e institucionalização, elaborou-se o quadro 2, que revela as fases de desenvolvimento do Núcleo, correlacionando cada uma delas ao número de produções.

QUADRO 2: Fases de desenvolvimento da história do NDIHR-UFPB e produção

Fases	Período	Anos	Número de publicações
Implantação	1976-1980	5	5
Consolidação	1981-1996	16	56
Crise	1997-2011	15	6

FONTE: Arquivo Administrativo do NDIHR e Produção do NDIHR-UFPB

Pode-se observar no quadro 1 e 2 que, na primeira fase de desenvolvimento do Núcleo (Implantação 1976-1980), a produção se concentrou na emissão de apenas uma série, os *Cadernos de Estudos Regionais*, e no resgate de fontes documentais coloniais, que se ligariam à produção dessa mesma série, com o Catálogo do Arquivo Histórico Ultramarino.

É imprescindível deixar registrado que o NDIHR-UFPB foi pioneiro nas ações de recuperação da documentação colonial guardada no Arquivo Ultramarino em Lisboa. A

produção, em 1978, do Catálogo de Documentos Paraibanos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (1593-1865), foi resultado de projeto com as fontes históricas sobre história colonial, que antecedeu o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate), que teve como objetivo salvaguardar e divulgar o patrimônio documental colonial do Brasil e de Portugal, iniciado em 1995¹.

Na segunda fase (Consolidação 1981-1996), destacam-se produções consideradas resultados de pesquisas, como os *Textos UFPB/NDIHR*, e o início da produção de materiais didáticos sobre a história dos municípios paraibanos (história local). Pelo número de publicações, pode-se inferir que houve o fortalecimento das pesquisas ligadas ao Núcleo, e os textos se tornaram o principal veículo de divulgação dessas pesquisas. Nota-se que o período entre os anos de 1981 e 1996 corresponde à fase de consolidação do Núcleo e teve o número mais significativo de publicações, com 56 publicações, de um universo de 67.

Observando os títulos das publicações desse período e a documentação pesquisada, o motivo da elevação dos números de publicações se deve ao desenvolvimento do Programa de Documentação e Memória do Núcleo, responsável por projetos de organização de arquivos privados no estado da Paraíba, que deram origem aos instrumentos de pesquisa de cada acervo organizado.

Na terceira fase (1997-2011), o Núcleo vivencia uma era de crise: nenhuma das linhas temáticas se desenvolveu após o ano limite de 2000, assim como nenhuma produção surgiu depois de 1999. Essa crise começou na década de noventa, quando a política do governo de Fernando Collor incentivou a saída, em massa, de profissionais das universidades brasileiras, através de aposentadorias. Isso atingiu o Departamento de História da UFPB com plena força. Muitos pesquisadores que ainda tinham disposição e conhecimento para oferecer à sociedade se retiraram oficialmente da Universidade. Alguns tentaram continuar a oferecer seus préstimos como voluntários, mas a instituição recusou os seus serviços.

A terceira fase do Núcleo iniciou em 1997, até o presente momento de escrita deste trabalho. Essa foi uma fase de crise, em que nenhuma das linhas temáticas desenvolveu qualquer projeto de pesquisa. Pode-se dizer, então, que não existe mais pesquisa no NDIHR, levando em consideração as suas linhas temáticas. Os professores/pesquisadores, que antes

¹ Informação disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/resgate.php>>. Acesso em: 17 Abr. 2012.

desenvolviam suas pesquisas e as publicavam pelo NDIHR-UFPB, afastaram-se, embora alguns ainda utilizem o nome do Núcleo em seus projetos².

Nessa fase, houve uma intensificação dos Cursos de Extensão em vários municípios do estado e foram executados o segundo e o terceiro Curso de Especialização em Organização de Arquivos, que garantem a publicação dos Instrumentos de Pesquisa. Os estudos sobre a Arquivologia nasceram no Núcleo assim como os arquivos organizados e a elaboração de instrumentos de pesquisa.

Considerações finais

O pioneirismo do Núcleo deixou suas marcas na produção do conhecimento sobre a história paraibana, as quais podem ser identificadas em suas produções literárias científicas, que serviram como ponta de lança e como instrumento de defesa de uma nova concepção de História. O mapeamento dessas produções possibilitou-nos observar o NDIHR-UFPB como uma Instituição-memória transformadora e marco na historiografia paraibana.

O caminho percorrido pelo NDIHR-UFPB deu à história da Paraíba uma nova perspectiva de pesquisa, o conjunto de parâmetros por ele definido – pesquisar as fontes primárias da história regional e local de forma interdisciplinar, formando equipes para estudar os mesmos objetos sob os vários olhares – e os Programas Permanentes determinaram um modelo de funcionamento da pesquisa e confirmaram a missão que seu projeto de implantação propunha realizar. A associação do ensino e da pesquisa interdisciplinar sobre temas relevantes para a compreensão do processo histórico regional foi uma prática de vanguarda que possibilitou a utilização de metodologias integradoras e que agregassem diversos Departamentos, como os de História, Geografia, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Arquitetura, Comunicação, Biblioteconomia, Letras, Economia e Metodologia da Educação. Portanto, o Núcleo aglutinou vários centros da UFPB: o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), o Centro de Tecnologia (CT), o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e o Centro de Educação (CE).

Em suas ações de pesquisa, o Núcleo identificou informações de importantes acervos históricos, recolheu-as, cuidou de sua preservação e de sua conservação, organizou-as, registrou-as e publicou-as. Outra ação de destaque do NDIHR-UFPB se caracterizou pelo

² Ver a listagem dos projetos divulgados em plaqueta sobre o Mestrado de História, em que se encontram os projetos formalmente vinculados ao NDIHR. Tais projetos, seus documentos e o resultado deles nunca chegaram ao Núcleo.

referenciamento e a aquisição de fontes históricas, como é o caso dos relatórios de Presidente de Província e da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Convém ressaltar que o salvamento de fontes documentais significou muito mais do que a simples ação de salvamento ‘físico’ de fontes primárias. Quando o Núcleo produziu seus instrumentos de pesquisa, realizou ações de representação das informações históricas sobre a Paraíba e garantiu que outros pesquisadores tivessem acesso a essas informações.

As produções literárias científicas do Núcleo são instrumentos de publicização das informações históricas e historiográficas produzidas pelos autores e atores que construíram essa instituição-memória. Outras formas ocorreram em eventos, congressos, simpósios, seminários, encontros, visitas dirigidas na própria instituição e em outras instituições, ação que marca o trabalho do NDIHR-UFPB com os usuários internos (alunos, professores e funcionários) e externos da UFPB.

NUCLEUS OF REGIONAL HISTORICAL DOCUMENTATION AND INFORMATION (NDIHR-UFPB) AND ITS ARCHIVED MEMORY

Abstract:

The study object of this article is the Nucleus of Regional and Historical Documentation and Information of the Federal University of Paraíba (NDIHR-UFPB) and its scientific and literary production under the perspective of Information Science. This subject enables us to perceive the artifacts and information built by humankind as memory element. The study aims at understanding how the scientific and literary production of the NDIHR-UFPB is constituted and how its production practices as well as information dissemination are characterized. In order to learn about this problem, the information concepts of Le Coadic, Zeman and Capurro, Halbwachs’ and Ricoeur’s memory and Silveira’s cultural socialization were used. The qualitative and quantitative approach was used in order to demonstrate the relevance of the work developed by NDIHR-UFPB concerning the production and dissemination/publicization of literary and scientific information, identification and generation of new sources of information for safeguarding the historical memory and regional and Paraíba’s culture.

Keywords: Archived Memory. Information Dissemination. NDIHR-UFPB.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru-SP: Edusc, 2006.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e Memória: as relações na pesquisa. **Revista História e Reflexão**, Dourados, v. 1, nº 2, p. 1-20, jul/dez 2007.

_____. Informação e patrimônio arqueológico: formação de memórias e construção de identidades. **Anais IX ENANCIB: diversidade cultural e políticas de informação**, São Paulo, 2008, p. 1-12. (CD ROOM)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BURKE, Peter. O controle do conhecimento: Igrejas e Estado. In: _____. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUCKLAND, Michael K. (1991): *Information and Information Systems*. New York.

CAMARGO, Célia Reis. “Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e Perspectivas”. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetória e Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e Ciência da Informação**. Disponível em: <<http://www.capurro.de/enancib>. Acesso em: 26/12/2003.

CAPURRO, Rafael; BIRGER Hjørland. O Conceito de Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 12, n.1, p. 148-207, jan/abr. 2007.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade representação**. Bauru: Edusc, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GONÇALVES, Regina Célia; et al. História Local: Nova Metodologia de Ensino. **DEBATES REGIONAIS. História – Pesquisa e Ensino**. João Pessoa, UFPB/NDHIR, nº 01, p. 263-277, 2º sem. 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMES, Maria Nelida. A Informação como Instância de Integração de Conhecimento, Meios e Linguagens. Questões Epistemológicas, Consequências Políticas. In: GONZÁLEZ DE GÓMES, Maria Nélida; DILL ORRICO, Evelyn Goyannes (Org.). **Políticas de Memória e Informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 29-84.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL – CUIBÁ – MT - JOÃO PESSOA - PB. [1975].

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

_____. **A Ciência da Informação**. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

MINAYO, M.C.S. & SANCHES, O. Métodos Qualitativos e Quantitativos: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep. 1993.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; DILL ORRICO, Evelyn Goyannes. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria/Programa de Pós-Graduação em memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 73 – 87.

PACHECO, Leila Maria Serafim. A informação enquanto artefato. In: **Informare**, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./jun. 1995. p. 20-24.

RICÉUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SILVA, Armando Malheiros da. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A Pesquisa Histórica na UFPB – Implantação de um Centro de Documentação. **Revista de Ciências Humanas**, UFPB – CCHLA. João Pessoa, ano 2, n 4, p. 249 a 265, out./dez. 1980.

_____. Movimentos sociais, memória e história. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, v.18, n. 42, p. 185-193, jun. de 2008.

_____. Memória e Ensino de História. **Anais do XIV Encontro Estadual de História**. João Pessoa, ANPUH/PB, 2010.

ZEMAN, Jíri. O Significado Filosófico da Noção de Informação. **O Conceito de Informação na Ciência Contemporânea** - Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 154-179.